

Alargamento

Quando se discutem as implicações do alargamento da UE, o prognóstico para a Economia Portuguesa é, em geral, negativo. Diz-se que, como os países de Leste têm um padrão de especialização semelhante ao nosso e recursos humanos mais qualificados e mais baratos, as nossas empresas terão uma grande dificuldade em competir. O resultado será a queda das exportações, a fuga de investimentos e o empobrecimento da economia.

É verdade que o aumento da concorrência (por via do alargamento mas não só) obriga a Economia a ajustar. Muitas empresas terão de rever as suas estratégias, por forma a encontrar o posicionamento que melhor lhes permita explorar as suas vantagens comparativas no novo quadro de concorrência acrescida. E o ajustamento tem custos. Algumas empresas fecharão. Outras, despedirão trabalhadores. Os custos de ajustamento serão menores se o ajustamento for rápido. Por isso, é importante promover a mobilidade (sectorial e geográfica) do trabalho e do capital. Nomeadamente, facilitando o encerramento ou o redimensionamento das empresas e apoiando os trabalhadores em transição de emprego, com subsídios, programas de formação profissional e acompanhamento social, para evitar a saída prematura do mercado de trabalho.

Embora o alargamento envolva custos no curto prazo, isso não impede que o efeito líquido para a nossa economia seja positivo. Em geral, o entendimento é que o alargamento do mercado e o aumento da concorrência conduzem a uma melhor utilização dos recursos, que compensa os custos de ajustamento. Se isso não fosse mais ou menos aceite não havia como justificar práticas tão consensuais como a abertura ao comércio ou a defesa da concorrência! No caso presente, os benefícios (criação e comércio) serão tanto maiores quanto mais os padrões de especialização dos países do alargamento forem semelhantes ao nosso.

Uma questão diferente é a de saber para onde vai a Economia Portuguesa. A qualificação dos recursos humanos não é condição suficiente para o desenvolvimento - se não os países de Leste já estariam ricos há muito tempo, mas ajuda a definir o patamar de rendimento atingível, caso as instituições e os sistema de incentivos sejam favoráveis ao esforço e à inovação. Até aqui, os países de Leste tinham bons recursos humanos e más instituições. Ao longo dos últimos anos, no entanto, esse países encetaram reformas profundas (nomeadamente importando normas comunitárias) que tornaram as suas economias progressivamente mais competitivas. E embora em matéria institucional Portugal ainda tenha alguma vantagem relativamente a esses países, a tendência é para as diferenças se esbaterem. Provavelmente, dentro de alguns anos, os novos parceiros, dispondo de instituições semelhantes às nossas e de recursos humanos mais qualificados, estarão em melhores condições do que nós para fixar investimento de qualidade e ultrapassar-nos-ão em rendimento per capita.

Para evitar que a Economia Portuguesa fique para trás, o que podem as autoridades económicas fazer? Uma via possível é esperar que a evolução demográfica acabe por resolver o problema da qualificação dos recursos humanos e conceder entretanto apoios ao investimento estrangeiro e à inovação.

Mas há complementaridades entre o capital humano, o capital físico e a inovação que não podem ser ignoradas. Nomeadamente nos segmentos de maior valor acrescentado, nem sempre é possível colmatar a falta de qualidade dos recursos humanos com subsídios e reduções fiscais. Havendo dentro da UE localizações alternativas com trabalhadores mais qualificados, será cada vez mais difícil através de apoios ao investimento em capital físico escapar a um padrão de especialização apoiado em indústrias de baixo valor acrescentado. E o problema é que a presença nesses segmentos é cada vez mais ingrata, pois a competição acrescida por parte de países terceiros dita hoje limites à evolução dos salários que não se faziam sentir nos tempos em que Portugal tinha acesso privilegiado ao mercado europeu.

Esta discussão remete-nos para um benefício potencial do alargamento que, infelizmente não tem merecido suficiente atenção: a imigração. Como Portugal ainda tem uma vantagem institucional face à maior parte dos países de Leste, oferece ainda salários superiores para as mesmas qualificações. Se essa vantagem (temporária) fosse usada para importar recursos humanos qualificados, a capacidade da economia em inovar e fixar investimentos de qualidade aumentaria.

Por isso, em lugar de reagir defensivamente à imigração como até agora, Portugal teria muito a ganhar se implementasse uma política activa de apoio à entrada e fixação de trabalhadores estrangeiros qualificados, no quadro da Europa alargada. Dados os elevados custos associados ao investimento em capital humano, não seria certamente difícil encontrar um sistema de incentivos que fosse simultaneamente aliciante para o imigrante e um bom negócio para o contribuinte. Com tal política, Portugal poderia convergir mais rapidamente em capital humano, suportando apenas uma parte do custo.

Se usada em complementaridade com as políticas de apoio à inovação e ao investimento, por forma a incorporar as externalidades existentes, uma política activa de apoio à imigração poderia constituir um contributo muito significativo para o processo de convergência da Economia Portuguesa.

Miguel Lebre de Freitas

Semanário Económico, 25/6/2004